maavim
Movimento Associativo
de Apoio às Vítimas dos Incêndios de Midões

ASSUNTO: REUNIÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A MAAVIM, em defesa dos direitos dos Lesados e Vitimas dos Incêndios de Outubro de 2017, vem hoje, dia 16 Junho de 2020 na Assembleia da República, 32 meses após o maior incêndio ocorrido em Portugal.

Mais uma vez alertar para a situação real de abandono vivida no terreno, com a agravante do Covid-19.

Existem milhares de pessoas que nunca receberam nenhum dos apoios anunciados.

Mas só exigimos o que a lei determinou, por negligência e abandono do Estado.

Na Agricultura e Floresta:

- **Existem milhares de agricultores** que nunca receberam os apoios prometidos, mesmo tendo feito o requerimento indicado pelo MAFDR;

- *Estão Milhões de Euros por entregar do valor que o MAFDR disse que tinha pago;*

- Existem ainda candidaturas por validar do 6.2.2., outras a serem chumbadas, passados 32 meses;

- Existem candidaturas por abrir, principalmente para o Restabelecimento do Potencial Produtivo da Floresta e apoio na Agricultura;

- Não existe programação para a nossa floresta e já temos o dobro das plantações de eucaliptos e acácias, que tínhamos antes de Outubro de 2017;

- Mais de 200 Milhões de Euros vieram da EU para ajudar nas perdas dos proprietários e onde estão aplicados???;

- O último relatório dos valores aprovados data de Agosto de 2018. Nunca mais foi atualizado e tem valores aprovadas para empresas fora das zonas afetadas dos incêndios e sem nada atingido pelos incêndios, conforme a listagem do Vitis para os Incêndios;

- Muitos abandonaram a pastorícia e agora o queijo feito na região é feito com leite vindo de outros países;

- A Floresta está abandonada, sem investimento, limpeza e sem a anunciada reforma cadastral, nem os planos de proteção da população aplicados.

No Planeamento, Infraestruturas e Habitação:

- Ainda, não se sabe o que foi pago das candidaturas aprovadas na área da Industria, desde 30 de Outubro de 2019, nem muito menos o que falta pagar. Onde estão os milhões do Feder?

- Existem candidaturas de empresas com perdas, que foram chumbadas;

- **Estão mais de 1000 pessoas sem casa,** que em Outubro de 2017 perderam tudo e a CCDRC chumbou os seus processos, enquanto outros têm habitações onde anteriormente não existiam; E se a desculpa é a legalização, então como foram outras construídas exatamente com os mesmos problemas, utilizando como desculpa para reprovar quem ficou sem nada, a legalização? *Mas foram gastos mais de 2 milhões de euros em contratação de empresas de fiscalização, para fiscalizar habitações que nunca forma construídas…*

- Existem famílias que ficaram com a reconstrução a seu cargo e não recebem algumas das despesas por terem sido consideradas ilegíveis;

-Muitas casas estão já degradadas, pela má construção e materiais de pouco qualidade, utilizados pelas empresas dos concursos/adjudicações da CCDR-C.

- Existem crianças que desde Outubro de 2017, ficaram sem casa e nunca mais foram para a Escola;

- Existem idosos que ficaram sem habitação e foram colocadas em lares, para não serem um "encargo";

- Estão agora as Autarquias a usar milhões da EU que eram para os Lesados dos Incêndios, para fazerem projetos, que serão inaugurados até Outubro de 2021 em verdadeiras campanhas políticas, com dinheiro do FSUE. São centenas de quilómetros de alcatrão, que não ardeu, onde estão a aplicar dinheiro do FSUE;

- As infraestruturas e o património estão completamente abandonados, mesmo estando previsto para isso apoios comunitários. Mas passaram 32 meses e continuamos com placas queimadas e estradas a cair por causa dos Incêndios de 2017. Algumas sinaléticas que foram para concurso para serem substituídas, nunca foram trocadas, e outras houve até, que nunca existiram e foram colocadas nessas candidaturas;

- Existem outros edifícios e infraestruturas que estavam abandonados e agora são alvo de recuperações com dinheiro para os incêndios de 2017…

Se o FSUE era de 56 milhões, e contemplava estruturas de apoio de emergência à habitação, porque é que existem centenas de pessoas desalojadas, ainda hoje a viverem em roulottes…

Onde estão os apoios para as Segundas Habitações? Quantas estão feitas? E a CPAPI, o que pagou?

Porque existe em 2020, dinheiro em contas solidárias públicas (autarquias), que nunca foi dado aos Lesados?

Queremos o apuramento da verdade, do que realmente foi gasto e de quem foi apoiado.

Mas o nosso foco sempre foram as pessoas que nunca receberam ajuda.

QUEM TINHA, NÃO TEM E QUEM NÃO TINHA, TEM.

Não aceitamos que a região e o país pareça que acabou de sair de uma guerra.

Continuamos sem ter culpados. Nós não somos culpados, somos vítimas.

Junto anexamos relatório de Dezembro de 2019.

MAAVIM

Podem consultar alguma da nossa atividade em https://www.facebook.com/Maavimmov/

e-mail: maavimmove@gmail.com **Tel: 238605810**

ccdrc

PONTO DE SITUAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO PERMANENTE

PEDIDOS DE APOIO SUBMETIDOS

	Total de Pedidos de Apoio		Pedidos de Apoio sem enquadramento no PARHP / em avaliação		Pedidos de Apoio com enquadramento no PARHP							
					Apetrechamento		Reconstrução parcial		Reconstrução total		Total	
Município	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante	Nº	Montante
ARGANIL	119	6 581 673,95 €	48	1 360 767,08 €			33	219 504,22 €	38	5 001 402,65 €	71	5 220 906,87 €
AVEIRO	4	108 307,95 €	1	19 188,75 €			3	89 119,20 €			3	89 119,20 €
CANTANHEDE	17	15 088,04 €	15	11 628,75 €			2	3 459,29 €			2	3 459,29 €
CARREGAL DO SAL	9	598 640,42 €	1	59 731,88 €			3	27 610,26 €	5	511 298,28 €	8	538 908,54 €
GOIS	24	1 372 151,44 €	7	155 574,38 €			8	72 132,80 €	9	1 144 444,26 €	17	1 216 577,06 €
GOUVEIA	23	992 524,91 €	8	314 624,72 €	3	7 480,34 €	7	29 655,27 €	5	640 764,58 €	15	677 900,19 €
LOUSÃ	8	335 432,18 €	4				2	113 652,81 €	2	221 779,37 €	4	335 432,18 €
MANGUALDE	9	631 196,48 €	3	268 775,06 €			4	22 285,33 €	2	340 136,09 €	6	362 421,42 €
MARINHA GRANDE	5	132 532,12 €	4	130 021,15 €	1	2 510,97 €					1	2 510,97 €
MIRA	55	2 562 486,40 €	27	808 208,09 €	2	5 061,00 €	15	194 747,27 €	11	1 554 470,04 €	28	1 754 278,31 €
MORTAGUA	39	1 216 703,62 €	15	480 900,38 €			21	258 951,52 €	3	476 851,72 €	24	735 803,24 €
NELAS	16	939 739,48 €	7	345 694,90 €	2	5 069,32 €	4	32 200,27 €	3	556 774,99 €	9	594 044,58 €
OLEIROS	38	2 353 291,45 €	10	492 921,69 €	1	2 527,92 €	12	80 519,09 €	15	1 777 322,75 €	28	1 860 369,76 €
OLIVEIRA DE FRADES	36	2 292 168,04 €	7	98 435,54 €			15	413 295,78 €	14	1 780 436,72 €	29	2 193 732,50 €
OLIVEIRA DO HOSPITAL	166	9 583 757,22 €	39	1 401 520,44 €	5	12 035,97 €	64	395 005,66 €	58	7 775 195,15 €	127	8 182 236,78 €
PAMPILHOSA DA SERRA	143	4 727 657,02 €	74	2 333 894,39 €			56	383 654,46 €	13	2 010 108,17 €	69	2 393 762,63 €
PENACOVA	46	3 846 496,06 €	8	393 268,24 €	1	1 598,53 €	16	408 390,01 €	21	3 043 239,28 €	38	3 453 227,82 €
POMBAL	2	81 030,13 €					1	5 261,50 €	1	75 768,63 €	2	81 030,13 €
S. PEDRO DO SUL	6	424 541,35 €	1				1	41 943,00 €	4	382 598,35 €	5	424 541,35 €
SANTA COMBA DÃO	116	7 253 128,76 €	32	1 121 325,64 €	1	2 560,96 €	49	829 487,94 €	34	5 299 754,22 €	84	6 131 803,12 €
SEIA	77	3 999 074,59 €	39	668 848,19 €	1	2 527,92 €	20	461 382,44 €	17	2 866 316,04 €	38	3 330 226,40 €
SERTÃ	28	1 462 438,33 €	17	778 243,60 €			6	136 404,00 €	5	547 790,73 €	11	684 194,73 €
TABUA	79	5 089 145,08 €	40	1 430 659,81 €	5	12 638,68 €	13	628 859,12 €	21	3 016 987,47 €	39	3 658 485,27 €
TONDELA	182	10 561 132,29 €	56	532 617,26 €	3	5 504,48 €	69	1 988 635,22 €	54	8 034 375,33 €	126	10 028 515,03 €
VAGOS	31	637 642,11 €	12	205 107,23 €			17	100 771,74 €	2	331 763,14 €	19	432 534,88 €
VILA NOVA DE POIARES	12	412 498,00 €	4	18 275,94 €			5	31 324,03 €	3	362 898,03 €	8	394 222,06 €
VISEU	2	97 481,72 €			1	2 928,96 €			1	94 552,76 €	2	97 481,72 €
VOUZELA	48	4 148 239,36 €	10	273 285,80 €			21	1 405 908,36 €	17	2 469 045,20 €	38	3 874 953,56 €
Total	**1340**	**72 456 198,50 €**	**489**	**13 703 518,91 €**	**26**	**62 445,05 €**	**467**	**8 374 160,59 €**	**358**	**50 316 073,95 €**	**851**	**58 752 679,59 €**

	Pedidos de Apoio com Enquadramento no PARHP	
	Nº	Valor
Reconstruções	825	58 690 234,54 €
Apetrechamento	26	62 445,05 €
Total	**851**	**58 752 679,59 €**

Nota: os custos associados aos apoios aprovados incluem além dos custos de construção/reconstrução, os custos com demolições, projetos e fiscalização e incluem IVA

Data de atualização: 29 de maio de 2020